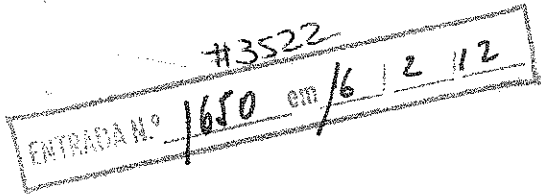




Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa



Exmo(a). Senhor(a)
Dr^a. Teresa de Melo Ribeiro
Av^a da Liberdade, 224
1250-148 LISBOA

Proc. n.º 515/08.2BEPRT	Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos	Data: 15/02/2012
Intervenientes: Autor: Rui Jorge Jesus Moreira; Réu: Ordem dos Engenheiros		

Assunto: Notificação de sentença.

Fica deste modo V. Ex.^a notificado, relativamente ao processo supra identificado, de todo o conteúdo da sentença de que se envia cópia.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

O Oficial de Justiça,

Fernanda Henriques



513
✱

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Processo n.º515/08.2BEPRT

*

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES E DO OBJECTO DO PROCESSO

Rui Jorge Jesus Moreira residente na Avenida Dr. Santos Leite, 612, r/c C, 4470-142 Maia, propôs no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto acção administrativa especial contra a Ordem dos Engenheiros, com sede na Avenida Sidónio Pais, n.º4, E, 1050-212 Lisboa.

Formula o pedido de declaração de nulidade ou anulação do acto administrativo do presidente do conselho de admissão e qualificação da Ordem dos Engenheiros que através do ofício n.º 325-GQ, com data de 10/07/2007 lhe indeferiu o pedido de inscrição para membro estagiário da Ordem dos Engenheiros, com vista à realização do estágio conducente à sua qualidade de membro efectivo; o pedido de declaração de nulidade ou anulação da deliberação que julgou improcedente o recurso hierárquico que interpôs daquela decisão; e o pedido de condenação da Ordem dos Engenheiros a praticar o acto administrativo legalmente devido que se consubstancia na autorização da admissão do autor na Ordem dos Engenheiros, e no deferimento da sua inscrição como estagiário.

Como fundamentos da sua pretensão alega, e em síntese, o seguinte:

- o ora autor requereu a sua admissão como membro estagiário da Ordem dos Engenheiros com vista à realização do estágio conducente à sua qualidade de membro efectivo, através de requerimento datado de 25 de Maio de 2007;

- pelo ofício n.º325-GQ com data de 10 de Julho de 2007 foi notificado de que lhe havia sido indeferido o pedido de inscrição para membro efectivo da Ordem dos Engenheiros;

- de tal decisão interpôs recurso hierárquico em 30 de Julho de 2007, nos termos do artigo 27.º, n.º4 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, para o Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros;

- a tal recurso foi negado provimento do que o ora autor foi notificado pelo ofício com data de 02 de Novembro de 2007, devendo o candidato, refere-se no ofício, prestar provas de admissão à Ordem;

J

514
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- não foi o ora autor no âmbito do procedimento em que foi indeferida a sua inscrição na ordem dos engenheiros ouvido em sede de audiência prévia pelo que é a decisão de indeferimento nula, nos termos do artigo 133.º do CPA ou pelo menos anulável nos termos do artigo 135.º do CPA;

- face ao teor do ofício n.º323-CG com data de 10 de Julho de 2007, a fundamentação da recusa da inscrição do autor é a exigência de realização prévia de provas de admissão para inscrição de membro estagiário com fundamento de que o curso habilitante não está acreditado na Ordem dos Engenheiros;

- tal decisão viola o estatuto da Ordem dos Engenheiros aprovado pelo Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho;

- aquele estatuto estabelece como requisito para ser membro efectivo e/ou estagiário da Ordem, o ser titular de licenciatura, ou equivalente legal em curso de engenharia, isto é, há um requisito exterior à Ordem e à qual ela não se pode opor, que se lhe impõe obrigatoriamente, e que é o facto de o requerente ser titular de licenciatura ou equivalente legal em curso de engenharia, bastando ao requerente tão só que esse título académico seja acreditado no âmbito das atribuições do Governo definidas no Decreto-Lei n.º16/94, de 22 de Janeiro, como ocorre no caso dos autos;

- da leitura do ponto 1 do artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros resulta que para ser membro efectivo da Ordem dos Engenheiros, o requerente tem de ser portador de licenciatura ou equivalente legal em curso de engenharia, estágio e prestação de provas;

- ou seja, primeiro o candidato apresenta-se com o requisito prévio exterior à ordem – a posse de licenciatura em engenharia ou equivalente legal; de seguida, e já na condição de membro estagiário regulada pelo artigo 10.º dos estatutos realiza o estágio e, finalmente será submetido ou será dispensado da prestação das provas de admissão para aquisição do estatuto de membro efectivo regulada pelo artigo 7.º;

- no que à qualificação da licenciatura respeita, tal competência cabe em exclusivo ao Governo, nos termos do Decreto-Lei n.º16/94, de 22 de Janeiro (nomeadamente artigo 8.º, alíneas c) e g) e artigo 9.º, alíneas c), d) e e));

515
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- em nenhum caso poderá a Ordem dos Engenheiros substituir-se ao Governo no exercício de tal competência, sob pena de violação do disposto no artigo 112.º, n.º5 da Constituição;

- no acto administrativo impugnado entende-se que a inscrição do autor só será possível após a realização de provas de admissão e a única razão para não ser dispensado da prova de admissão é o facto de ser titular de curso de engenharia civil na Universidade Fernando Pessoa;

- a interpretação da Ordem dos Engenheiros da alínea b), n.º2 do artigo 7.º, a alínea j) do n.º2 do artigo 24.º e a alínea c) do artigo 27.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, de que o curso de engenharia civil da Universidade Fernando Pessoa não está acreditado pela Ordem, donde resulta que a respectiva inscrição só será possível após realização de provas de admissão é inconstitucional por violação da lei habilitante e por violação do artigo 112.º, n.º5 da Constituição;

- a interpretação da Ordem dos Engenheiros discriminando os cursos de engenharia civil acreditados pelo Governo discrimina cidadãos injustificadamente, desiguando-os;

- o autor tem direito de exercer a profissão de engenheiro civil, pois tem o respectivo curso acreditado e a Ordem dos Engenheiros tem o dever de lhe permitir o exercício da profissão em igualdade com todos os demais licenciados em engenharia civil.

*

Citada, a Ordem dos Engenheiros veio contestar a presente acção e pugnar pela sua improcedência, para o que refere, e em síntese, o seguinte:

- nos termos previstos no artigo 27.º, n.º3, alínea a) do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, compete ao Conselho de Administração e Qualificação (CAQ) pronunciar-se sobre os pedidos de inscrição como membros efectivos da Ordem dos Engenheiros e, de acordo com o disposto no artigo 1.º, n.º4 do Regulamento de Admissão e Qualificação, aprovado pela Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros, a admissão como membro efectivo da Ordem dos Engenheiros faz-se habitualmente pela categoria de membro estagiário, nos termos previstos no Regulamento de Estágios;



516
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- de acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º1, alínea a) do Regulamento de Admissão e Qualificação o Conselho de Administração e Qualificação pode delegar no seu Presidente, entre outras, a sua competência para se “pronunciar sobre as candidaturas à admissão como membros efectivos”;

- de acordo com o disposto no artigo 35.º, n.º3 do CPA, os órgãos colegiais competentes para decidirem em determinada matéria podem sempre, mediante um acto de delegação de poderes, delegar nos respectivos presidentes as suas competências, permitindo assim que estes pratiquem actos administrativos sobre essa matéria;

- em conformidade com o disposto no artigo 6.º, n.º1, alínea a) do Regulamento de Admissão e Qualificação e no artigo 35.º, n.º3 do CPA, o CAQ em reunião realizada a 26 de Abril de 2007, delegou no seu presidente a competência para se pronunciar sobre as candidaturas à admissão como membros efectivos da Ordem dos Engenheiros;

- o Presidente do CAQ é o Bastonário da Ordem dos Engenheiros nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e, nos termos previstos no artigo 22.º, n.º3 do Estatuto o “bastonário pode delegar nos vice-presidentes e nos presidentes dos conselhos directivos regionais qualquer das suas competências”, competindo aos vice-presidentes “executar as atribuições de competência do bastonário que por ele lhe foram delegadas (artigo 22.º, n.º4);

- em conformidade com tal norma de habilitação específica, e nos termos nela previstos, o Bastonário da Ordem dos Engenheiros delegou no Vice-Presidente da Ordem, o Engenheiro Sebastião Feye de Azevedo, as suas competências para presidir ao Conselho de Admissão e Qualificação;

- relativamente ao pedido de inscrição e admissão do autor como membro da Ordem dos Engenheiros para posterior realização do estágio, não havia lugar a audiência prévia do interessado, em virtude de não ter havido instrução e de a sua pretensão ter sido indeferida com base no constante do seu requerimento;

- de acordo com o estatuído no artigo 7.º da Ordem dos Engenheiros a admissão como membro efectivo não é automática, estando dependente da verificação de três requisitos: da titularidade da licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia; do estágio; e da prestação de provas; e cabe à Ordem dos Engenheiros definir as condições em que se realizam periodicamente as provas de admissão;

517
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- definir as condições em que se realizam periodicamente as provas de admissão, não pode deixar de incluir não apenas as condições da sua efectiva realização, mas também o momento da sua realização – seja esse momento antes ou depois do estágio, seja a data concreta da sua efectiva realização;

- o artigo 7.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros não estabelece, ao contrário do defendido pelo autor, nenhuma ordem cronológica relativamente ao momento da verificação (ou exigência de realização) dos dois requisitos nele referidos – estágio e prestação de provas de admissão, podendo a Ordem, em total conformidade com a lei que lhe é aplicável, determinar que a prestação de provas de admissão deve ser feita antes de realizado o estágio profissional;

- a Ordem dos Engenheiros tem poderes para definir critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, critérios esses que se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação;

- para além de decorrer da alínea b) do n.º2 do artigo 7.º do Estatuto que a Ordem tem poderes e competências legais para instituir um sistema de dispensa de provas de admissão, sistema assente em critérios objectivos de dispensa das mesmas a definir pela Ordem, decorre desta norma legal que a prestação de provas de admissão deve, preferencialmente, ocorrer antes de realizado o estágio;

- o processo de acreditação de cursos pela Ordem dos Engenheiros, que se encontra definido nas Normas Anexas “Acreditação de Cursos” ao Regulamento de Admissão e qualificação, foi estabelecido para efeitos da dispensa de provas de admissão previstas no n.º2 do artigo 7.º do Estatuto da Ordem;

- o processo de acreditação de cursos e a existências de provas de admissão têm, assim, o seu fundamento legal, para além de outras normas e princípios aplicáveis às ordens profissionais, no artigo 7.º do Estatuto da Ordem – a inexistência de um processo de acreditação por parte da Ordem teria e terá apenas como consequência que as provas de admissão seriam e serão exigidas e exigíveis a todo e qualquer candidato a membro da Ordem;

- a Universidade Fernando Pessoa apresentou, para acreditação pela Ordem, a Licenciatura em Engenharia Civil, não tendo, no entanto, o referido curso sido

518
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

acreditado para efeitos de dispensa de provas de admissão dos respectivos licenciados, pela circunstância de não reunir as condições consideradas necessárias para o efeito;

- os Licenciados em Engenharia Civil pela Universidade Fernando Pessoa sendo titulares de um curso oficialmente autorizado, podem candidatar-se à admissão como membros, efectivos ou estagiários, da Ordem, desde que, no entanto, sejam respeitados os requisitos estabelecidos no Estatuto e regulamentos aplicáveis;

- sendo o autor titular daquela licenciatura reúne as condições para candidatar-se a membro da Ordem, tendo, no entanto, de prestar provas de admissão, uma vez que não lhe é aplicável o regime de dispensa de provas de admissão, nos termos previstos no n.º2 do artigo 7.º do Estatuto e n.º2 do artigo 1.º do Regulamento de Admissão e Qualificação, em virtude de o curso de que é possuidor não ter sido, para o efeito, acreditado pela Ordem dos Engenheiros;

- como associação pública que é a Ordem dos Engenheiros encontra-se dotada de autonomia administrativa e regulamentar, constituindo, de acordo com a alínea b) do artigo 2.º do seu Estatuto, uma atribuição da Ordem, entre outras, “regulamentar o exercício da respectiva profissão”, competindo à Assembleia de Representantes a aprovação dos regulamentos mencionados no Estatuto (artigo 23.º, n.º5, alínea e)) e é precisamente no âmbito das suas atribuições e competências que a Ordem dos Engenheiros aprova os seus regulamentos, nomeadamente o regulamento de admissão e qualificação;

- não existe nenhuma norma legal que seja aplicável às associações profissionais existentes, de onde decorra a obrigação de os regulamentos aprovados pelas associações públicas, incluindo as ordens profissionais, terem de ser publicados no Diário da República;

- os artigos 117.º e 118.º do CPA não são aplicáveis aos regulamentos aprovados pela Ordem dos Engenheiros, na medida em que não existe uma legislação específica que lhe seja aplicável e que imponha tal aplicação.

*

A folhas 102 a Ordem dos Engenheiros vem informar que requereu a apensação da presente acção ao Processo n.º 136/08.0BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.



579
F

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

A folhas 116 a 119 o autor pronunciou-se sobre “as excepções deduzidas”.

*

A folhas 136 a 138 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto julgou-se territorialmente incompetente por entender ser competente o “TAF de Lisboa”.

Transitada em julgado aquela decisão (artigo 111.º, n.º2 do C.P.C.) foram os autos remetidos ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

*

Por despacho de folhas 145 foi determinada a notificação do autor para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre a excepção suscitada na contestação da entidade demandada da inimpugnabilidade do acto impugnado, o despacho do Presidente do Conselho de Admissão e qualificação da Ordem dos Engenheiros que através do ofício n.º 325-GQ, com data de 10 de Julho de 2007 lhe indeferiu o pedido de inscrição como membro estagiário da Ordem dos Engenheiros, nos termos do artigo 87.º, n.º1, alínea a) do CPTA.

*

A folhas 148 a 155 o autor pronunciou-se sobre a excepção de inimpugnabilidade do acto impugnado.

*

Por despacho de folhas 216 a 223 foi julgada improcede a suscitada inimpugnabilidade do acto impugnado e foi afirmado inexistirem questões que obstassem ao conhecimento do objecto do processo.

Considerou-se ainda que atentos os vícios que são imputados ao acto impugnado, a ilegalidade do acto praticado pelo Presidente do CAQ por ausência de competência, a invalidade do acto praticado pelo Presidente do CAQ por falta de audiência prévia prevista no artigo 100.º do CPA, e por violação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, do Regulamento de Estágio, pela violação dos artigos 117.º e 118.º do CPA e n.º7 do artigo 112.º e alínea c) do artigo 199.º da CRP e pela inconstitucionalidade das normas em que assenta, normas inconstitucionais não só por violação da lei habilitante mas ainda por violação do artigo 112.º, n.º5 da CRP, ser desnecessária a abertura de um período de produção de prova.

*

520
4

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

O autor apresentou as suas alegações escritas tendo formulado as seguintes conclusões:

- tendo o autor requerido a sua inscrição como membro estagiário da Ordem dos Engenheiros, esta nos termos do artigo 100.º do CPA, deveria ouvi-lo no procedimento antes de ser tomada a decisão final, o que não sucedeu;

- o acto administrativo em causa e que consistiu na recusa da inscrição do ora autor na Ordem dos Engenheiros como membro estagiário, é nulo, por violar elementos essenciais do mesmo, nos termos do artigo 133.º do CPA ou pelo menos anulável, nos termos do artigo 135.º do CPA;

- a fundamentação da recusa da inscrição do autor na Ordem dos Engenheiros como membro estagiário é a exigência de realização prévia de provas de admissão para inscrição de membro estagiário sob a alegação de que o curso habilitante não está acreditado na Ordem dos Engenheiros;

- em nenhum ponto do Estatuto se atribui à Ordem dos Engenheiros a competência para acreditar cursos de engenharia ou equivalente legal;

- ao longo do Estatuto refere-se sempre que o primeiro requisito para ser membro efectivo e/ou estagiário da Ordem é ser titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de engenharia;

- essa qualidade de titular de licenciatura atribuída à ora autora, tem de se entender não apenas como uma qualidade científica, mas também uma qualidade profissional (ainda que em sentido amplo e prévio), mas que se impõe inexoravelmente à respectiva Ordem Profissional;

- no artigo 7.º dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros especificam-se os requisitos para a admissão como membro efectivo da Ordem, referindo-se no ponto 1 que “a admissão como membro efectivo depende da titularidade da licenciatura ou equivalente legal, em curso de engenharia, estágio e prestação de provas”; no ponto 2, do mesmo artigo, diz-se “relativamente às provas de admissão a que se refere o número anterior, cabe à Ordem: a) definir as condições em que se realizam periodicamente; b) definir critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, a rever periodicamente, os quais se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação”;

521
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- e no artigo 10.º dos Estatutos refere-se que “tem a categoria de membro estagiário o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de engenharia, conferida por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, que, para acesso a membro efectivo, efectua o estágio previsto, nos termos a definir pela Ordem”;

- assim, importará referir que as eventuais provas de admissão referidas dizem respeito a candidatos a membros efectivos, pelo que não põem em causa nem são de considerar para candidatos a membros estagiários;

- a cronologia é pois a seguinte: o primeiro candidato apresenta-se com o requisito prévio exterior à ordem (fora da sua jurisdição); a posse de licenciatura em engenharia ou equivalente legal; de seguida e já na condição de membro estagiário regulada pelo artigo 10.º, realiza o estágio e finalmente, será submetido ou será dispensado da prestação das provas de admissão para aquisição do estatuto de membro efectivo regulada pelo artigo 7.º;

- no que à qualificação da licenciatura respeita tal competência cabe em exclusivo ao Governo, nos termos dos Decreto-Lei n.º16/94, de 22 de Janeiro, nomeadamente artigo 8.º, alíneas c) e g) e 9.º alíneas c), d) e e);

- não pode a Ordem dos Engenheiros substituir-se ao Governo em tal, sob pena de violação do disposto no artigo 112.º, n.º5 da Constituição;

- sendo o autor titular de licenciatura em curso de Engenharia Civil devidamente acreditado pelo Governo, não pode a Ordem dos Engenheiros excluir-lhe o primeiro requisito exigido no n.º1 do artigo 7.º do Estatuto;

- a Ordem dos Engenheiros unicamente pode admitir e certificar a inscrição dos Engenheiros bem como conceder o respectivo título profissional – são coisas diferentes avaliar em concreto se um determinado candidato possui ou não conhecimentos profissionais necessários para o exercício da actividade de engenheiro e saber se a licenciatura de que é titular é adequada a fornecer-lhe esses conhecimentos;

- sendo que só a primeira daquelas tarefas cabe nas atribuições da Ordem dos Engenheiros, pois a segunda cabe nas atribuições do Governo;

- a pretensão da Ordem dos Engenheiros de acreditar cursos mesmo para efeitos de impor provas de admissão a uns candidatos e isentar outros, consoante a universidade de onde provêm é ilegal e inconstitucional;

522
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- o Regulamento de Admissão e Qualificação aprovado pela Ordem dos Engenheiros, como diploma regulamentar que é não tem validade em tudo o que contrariar diplomas legislativos, pois, nesse caso, viola o artigo 112.º, n.º5 da Constituição;

- o artigo 7.º dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros bem como o seu Regulamento de Admissão e Qualificação, nomeadamente o seu artigo 1.º, n.º2 e o regulamento de Estágio no que se refere a tal matéria, são materialmente inconstitucionais se interpretados como atribuindo à Ordem dos Engenheiros o poder de elaborar normas regulamentares que contrariem normas com valor legislativo;

- afastada que fica a exigência de acreditação do curso pela Ordem por incompetência desta para tal, claro fica que o alegante preenche os demais requisitos objectivos para ver a sua pretensão à Inscrição na Ordem dos Engenheiros como membro estagiário deferida, com dispensa de prova de admissão;

- os estatutos da Ordem dos Engenheiros bem como todos os seus regulamentos internos, vinculam estritamente os seus membros;

- a Ordem dos Engenheiros não tem competência para avaliar academicamente os conhecimentos do candidato e este não tem experiência que permita àquela avaliá-lo profissionalmente e que o curso qualifica;

- a imposição de um exame prévio de reavaliação de conhecimentos académicos ou profissionais a um público exterior à esfera jurídica da Ordem dos Engenheiros extravasa o alcance de tais normativos – invade o domínio das competências delegadas pelo Estado nas universidades e institutos politécnicos;

- quaisquer provas de admissão exigíveis a um público exterior à ordem, teriam de ser regidas por regulamentação própria elaborada pelo Governo e sujeita a inquérito público prévio antes de publicada no Diário da República;

- ao pretender aplicar regulamentos internos a público externo que não foi previamente chamado a pronunciar-se sobre o seu teor, a Ordem dos Engenheiros viola os artigos 117º e 118.º do CPA e n.º7 do artigo 112.º e alínea c) do artigo 199.º da Constituição;

- à Ordem dos Engenheiros cabe exclusivamente a regulação profissional desse mesmo exercício e a averiguação profissional desse mesmo exercício;

523
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- o Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, que aprova o Estatuto da Ordem dos Engenheiros tem como suporte jurídico do mesmo a Lei habilitante n.º 4/92, de 4 de Abril;

- não é permitido ao legislador habilitado extravasar na legislação produzida as competências e os poderes que a Lei habilitante lhe faculta;

- tal, a ocorrer constitui uma inconstitucionalidade orgânica, o que inquina inevitavelmente a matéria legislada não enquadrável na Lei habilitante;

- a ratio legis resultou designadamente de transpor para ao direito interno a Directiva n.º 89/48/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988 – em nenhum ponto se alcança da Lei habilitante que fosse concedido pelo Governo poderes para, ao arrepio do já por si regulado no Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, permitir à Ordem dos Engenheiros uma nova acreditação em cursos, nomeadamente os de engenharia;

- deste modo a interpretação da Ordem dos Engenheiros da alínea b), n.º 2 do artigo 7.º, a alínea j) do n.º 2 do artigo 24.º e a alínea c) do artigo 27.º, todos do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, de que o curso de engenharia civil da Universidade Fernando Pessoa não está acreditado pela Ordem, donde resulta que a referida inscrição só será possível após a realização de provas de admissão é inconstitucional;

- é também violado o disposto no artigo 76.º da Constituição.

*

A Ordem dos Engenheiros apresentou as suas alegações escritas, tendo formulado as seguintes conclusões:

- a improcedência da acção assenta na plena validade e legalidade dos actos impugnados em virtude de os mesmos terem respeitado todas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, e bem assim na inexistência do direito do autor a ser admitido e inscrito como membro estagiário da Ordem os Engenheiros, sem antes prestar provas de admissão à Ordem, em face do enquadramento legal, regulamentar e factual vigente à data da prática dos actos impugnados e, bem assim, actualmente vigente;

- o pedido de inscrição do autor como membro estagiário da Ordem foi indeferido com fundamento no artigo 7.º do Estatuto da Ordem e no Regulamento de Admissão e qualificação e respectivas normas anexas, nos termos das quais os

524
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

candidatos a membros estagiários da Ordem, que não eram oriundos de cursos acreditados pela ordem à data da conclusão da licenciatura, tinham de prestar provas de admissão nos termos das normas anexas ao Regulamento de Admissão e Qualificação;

- uma vez que o curso em Engenharia Civil de que o autor era oriundo não estava acreditado pela Ordem, não podia a mesma, de acordo com as normas legais e regulamentares ao tempo em vigor, ser dispensada da prestação de provas de admissão;

- carece de total fundamento a alegação de inexistência de competências para a prática do primeiro acto impugnado, dado que tal decisão administrativa foi praticado por quem tinha competências, ainda que delegadas, para o efeito, pelo que não padece de qualquer ilegalidade ou invalidade por falta de competência;

- mas ainda que se considerasse que deveria ter sido feita menção no primeiro acto impugnado à existência de delegações de poderes, o que não se concede, ainda assim sempre teria de se considerar que a falta dessa menção no referido acto não acarretou a sua invalidade, uma vez que a mesma constitui uma mera irregularidade formal, que se deverá considerar sanada segundo o regime das formalidades essenciais e não essenciais, dado que não existiu prejuízo de impugnação, administrativa e contenciosa, por parte destinatário do acto – o ora autor;

- carece também de fundamento a alegada violação do direito de audiência prévia, por reporte ao primeiro acto impugnado, uma vez que os candidatos a membros da Ordem dos Engenheiros não têm o direito de ser ouvidos antes de ser tomada a decisão sobre os respectivos pedidos de inscrição e admissão, de acordo com o artigo 100.º, n.º1 do CPA, e ainda que o tivessem, o que não se concede, ainda assim podia essa audiência ser dispensada nos termos previstos na alínea a) do n.º2 do artigo 103.º do CPA;

- não existiu qualquer violação do direito de audiência prévia no que se refere ao segundo acto impugnado – a deliberação do CDN que julgou improcedente o recurso hierárquico interposto na sequência do acto de indeferimento – uma vez que a autora teve oportunidade de previamente à mesma se pronunciar através das respectivas alegações de recurso;

525
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- o primeiro acto impugnado foi praticado em total conformidade no respeito integral do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, do Regulamento de Admissão e Qualificação, do Regulamento de Estágio e demais normativos aplicados e aplicáveis;

- nos termos do artigo 1.º do respectivo Estatuto, a Ordem dos Engenheiros é a associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de engenheiro, e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar;

- por devolução de poderes do Estado, a Ordem dos Engenheiros tem poderes para regular e disciplinar o acesso e o exercício da respectiva actividade profissional, tendo os necessários poderes para elaborar e aprovar os regulamentos internos de natureza associativa e profissional;

- nos termos do artigo 7.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, no uso da respectiva lei de autorização legislativa e em total conformidade com a mesma, a admissão como membro efectivo depende da titularidade da licenciatura, ou equivalente legal, em curso de engenharia, estágio e prestação de provas;

- nos termos previstos no artigo 7.º, n.º2 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, cabe à Ordem definir as condições em que se realizam periodicamente as provas de admissão e definir critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, a rever periodicamente, os quais se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação;

- o n.º1 do artigo 7.º do Estatuto não estabelece nenhuma ordem cronológica relativamente ao momento da verificação (ou exigência de realização) dos dois dos requisitos nele referidos – estágio e prestação de provas de admissão, podendo a Ordem, em total conformidade com a lei que lhe é aplicável, determinar, como o fez, que a prestação de provas de admissão deve ser feita antes de realizado o estágio profissional;

- para além de decorrer da alínea b) do n.º2 do artigo 7.º do Estatuto que a Ordem tem poderes e competências legais para instituir um sistema de dispensa de provas de admissão, sistema assente em critérios objectivos a definir pela Ordem, decorre também desta norma legal que a prestação de provas de admissão deve,

526
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

preferencialmente, ocorrer antes de realizado o estágio, atentos os critérios objectivos de dispensa de provas de admissão que aí são referidos;

- as provas de admissão a que se refere o artigo 7.º do Estatuto não dizem respeito unicamente aos candidatos a membros efectivos, mas também aos candidatos a membros estagiários, na medida em que a sua realização constitui um requisito (prévio e obrigatório) para efeitos da admissão dos candidatos como membros estagiários;

- de acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento de Admissão e Qualificação (e com o artigo 1.º do Regulamento dos Estágios) a prestação de provas era dispensada para os candidatos oriundos de cursos acreditados pela Ordem à data da conclusão da licenciatura, consistindo a acreditação dos cursos na verificação de que estes obedeciam aos critérios definidos nos termos do citado n.º 2 do artigo 7.º;

- o processo de acreditação de cursos que foi promovido pela Ordem dos Engenheiros, e que se encontra definido nas Normas Anexas "Acreditação de Cursos" ao Regulamento de Admissão e Qualificação, foi, assim, estabelecido unicamente para efeitos da dispensa de provas de admissão prevista no n.º 2 do artigo 7.º do Estatuto da Ordem;

- num enquadramento legislativo de acesso condicionado a uma determinada profissão, as ordens profissionais têm por força da própria Constituição e da delegação de poderes que lhe é conferida pelo Estado, um papel determinante no controlo do acesso às respectivas profissões, não conferindo aos respectivos titulares a concessão de um determinado grau académico o direito incondicionado e automático de acesso e inscrição na respectiva associação profissional e de exercício da respectiva profissão;

- às ordens profissionais compete, assim, nos termos legalmente previstos, a possibilidade de avaliar e certificar a capacidade para o titular do grau académico exercer a profissão que se propõe, em defesa dos interesses da profissão que por lei lhes compete salvaguardar;

- enquanto que em termos académicos o Estado delega nas Universidades e instituições de ensino superior os poderes para verificar quem tem as habilitações para obter determinado grau académico, esse mesmo Estado, em termos profissionais, delega nas ordens profissionais os poderes para verificar quem tem capacidades para exercer as respectivas profissões;

527
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- tal como foi dito na deliberação do CDN a Ordem dos Engenheiros deve reconhecer e reconhece todas as licenciaturas em engenharia cujos cursos foram devidamente autorizados pelo Ministério competente (Educação ou Ensino Superior), pelo que os Licenciados em Engenharia Civil pela Universidade Fernando Pessoa, como é o caso do autor, curso oficialmente autorizado, podem candidatar-se à admissão como membros, efectivos ou estagiários, da ordem, desde que, no entanto, sejam respeitados os requisitos estabelecidos no Estatuto e regulamentos aplicáveis;

- como é dito na deliberação do CDN a acreditação de cursos não tinha qualquer valor ou desvalor académico, mas apenas, a consequência de dispensar de provas de admissão os titulares de cursos acreditados, sendo apenas um meio de objectivar critérios de dispensa de provas de qualificação para o exercício de uma profissão;

- como o curso de Engenharia Civil da Universidade Fernando Pessoa não se encontrava acreditado pela Ordem dos Engenheiros, a única consequência era que os respectivos licenciados – como foi o caso do autor – não estavam dispensados da realização de provas de admissão, seja para efeitos da sua admissão como membros estagiários, seja como membros efectivos;

- sendo o autor candidato titular daquela licenciatura reúne as condições para candidatar-se a membro da Ordem, tendo, no entanto, de prestar provas de admissão;

- o autor pode requerer e prestar provas de admissão à Ordem, como aliás, já o fizeram várias dezenas de licenciados em Engenharia Civil da Universidade Fernando Pessoa;

- o processo de acreditação de cursos e a existência e exigência de provas de admissão têm assim o seu fundamento legal, para além de outras normas e princípios aplicáveis às ordens profissionais, no artigo 7.º do Estatuto da Ordem;

- a inexistência de um processo de acreditação por parte da Ordem teria e terá apenas como consequência que as provas de admissão seriam e serão exigidas e exigíveis a todo e qualquer candidato membro da Ordem;

- para além de o regime jurídico das novas associações profissionais, aprovado pela Lei n.º6/2008, de 13 de Fevereiro, não ser aplicável à Ordem dos Engenheiros, ainda assim este regime jurídico estabelece, no seu artigo 21.º, n.º2 alínea b), como princípio enformador de requisitos de inscrição, a possibilidade de as ordens

528
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

profissionais procederem à verificação das capacidades profissionais dos candidatos pela sujeição a período probatório, enquanto que o seu artigo 29.º, n.º5 refere expressamente, entre os regulamentos que carecem de aprovação tutelar, os regulamentos que versem sobre as provas profissionais de acesso à profissão;

- nem o artigo 7.º do Estatuto é inconstitucional, nem os regulamentos aprovados pela ordem são materialmente inconstitucionais, na medida em que nenhuma norma dos mesmos contraria normas com valor legislativo, não existindo assim, a alegada, mas não provada, violação do artigo 112.º, n.º5 da Constituição, carecendo igualmente de qualquer fundamento a alegação de violação dos artigos 112.º, n.º7 e 199.º, alínea c) da Constituição;

- também carece de qualquer fundamento a alegação feita pelo autor de ilegalidade dos regulamentos aprovados pela Ordem dos Engenheiros por suposta violação dos artigos 117.º e 118.º do CPA;

- sem prejuízo de não existir nenhuma norma da qual resulta a correspondente obrigação, a Ordem dos Engenheiros procede à publicação em Diário da República de muitos dos seus regulamentos, como é o caso por exemplo do Regulamento de Admissão e Qualificação, Regulamento n.º9/2007, publicado no D.R. II Série, n.º14, de 19 de Outubro de 2007, e do Regulamento de Estágios, Regulamento n.º13/2004, de 16 de Março, publicado no D.R. II Série, n.º65, de 17 de Março de 2004;

- por outro lado, os artigos 117.º e 118.º do CPA não são aplicáveis aos regulamentos aprovados pela ordem dos Engenheiros, na medida em que não existe uma legislação específica que lhe seja aplicável e que imponha tal aplicação;

- os regulamentos das associações públicas profissionais vinculam não apenas os seus membros, mas também os candidatos ao exercício da profissão;

- a titularidade de uma licenciatura em curso de Engenharia, ou equivalente legal, não é suficiente para a titularidade do direito à inscrição na Ordem dos Engenheiros, à luz do regime estabelecido pelo Estatuto da Ordem, aprovado pelo Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho, em particular o seu artigo 7.º, n.º1, sendo ainda necessária, para tal efeito, a verificação de outros requisitos, que são a frequência de estágio e a prestação de provas;



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

529
A

- o direito de admissão e inscrição na Ordem dos Engenheiros não era (como não continua a ser) um direito de exercício incondicional ou incondicionado, uma vez que dependia (e depende) da verificação cumulativa de um conjunto de requisitos fixados no Estatuto e nos seus regulamentos;

- um desses requisitos era e é a prestação de provas de admissão, sendo certo que só os candidatos oriundos de cursos acreditados pela Ordem à data da conclusão da sua licenciatura é que estavam dispensados das mesmas;

- tendo em atenção que o Curso de Engenharia Civil da Universidade Fernando Pessoa, de cuja licenciatura o autor é titular, não estava acreditado pela Ordem, estava o autor obrigado a prestar provas de admissão, não podendo, em consequência, ser o seu pedido de inscrição na ordem deferido, sob pena de, aí sim, serem violadas as normas legais e regulamentares aplicáveis bem como alguns princípios gerais de direito, como os princípios da legalidade, da igualdade e da imparcialidade;

- o artigo 7.º, n.º1 do Estatuto não é materialmente inconstitucional por violação dos artigos 47.º, n.º1 e 18.º da CRP, pois surge como adequado, proporcionado e até necessário exigir, par ao exercício da profissão de engenheiro, para além da habilitação académica respectiva, a sujeição dos candidatos à frequência de estágios e à prestação de provas, visando assegurar e controlar a qualidade do exercício da profissão, o que constitui função do Estado, por ele transferida para a associação publica Ordem dos Engenheiros;

- o artigo 7.º, n.º1 do Estatuto não é organicamente inconstitucional, pois trata-se de uma norma emitida ao abrigo de autorização legislativa concedida pela Lei n.º4/92, de 4 de Abril, que autorizou o Governo a alterar o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, designadamente para “fixar os requisitos para a inscrição na Ordem e para a utilização do título de engenheiro e, bem assim, as condições para o exercício da respectiva profissão”;

- o artigo 7.º, n.º1 do Estatuto não viola o princípio da igualdade consagrado no artigo 13.º da Constituição, decorrendo do princípio da igualdade a obrigação de diferenciação, a Ordem dos Engenheiros estava obrigada a tratar de forma igual situações iguais do ponto de vista legal, isto é a Ordem dos Engenheiros estava obrigada

530
F

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

a tratar o autor como tratava os titulares de licenciatura não acreditada pela Ordem nos termos dos normativos previstos;

- se a Ordem dos Engenheiros não tivesse indeferido o pedido de inscrição apresentado pelo autor, não aplicando, para esse efeito, as normas legais e regulamentares a que estava vinculada e obrigada a aplicar, aí sim teria ocorrido a violação do princípio da igualdade, bem como a violação do princípio da legalidade e da submissão da Administração Pública à lei;

- a exigência da prestação de provas de admissão é perfeitamente legal e constitucional, não ocorrendo violação do disposto no artigo 76.º da Constituição;

- no âmbito das suas atribuições de admitir e certificar a inscrição de engenheiros, a Ordem dos Engenheiros pode e deve avaliar a capacidade profissional dos candidatos à inscrição conforme entender, pois essa actividade inclui-se entre as suas atribuições e poderá fazer essa avaliação da capacidade profissional no momento que melhor entender, nomeadamente antes de realizado o estágio profissional.

*

A questão que ao Tribunal caber decidir é a de saber se o acto praticado pelo Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros padece do vício de incompetência, falta de audiência prévia, violação de lei consubstanciada na violação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, do Regulamento de Admissão e Qualificação e do Regulamento de estágio; violação de lei por violação dos artigos 117.º e 118.º do CPA e n.º7 do artigo 112.º e alínea c) do artigo 199.º da Constituição; violação de lei por violação do artigo 112.º, n.º5, artigo 13.º e artigo 76.º da Constituição. É saber se o ora autor tem direito a ser inscrito na Ordem dos Engenheiros para a realização de estágio, sem previamente realizar provas de admissão.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. De facto

Com relevância para a decisão da causa, estão provados os seguintes factos:

A) Rui Jorge de Jesus Moreira obteve em 1995, no Instituto Superior de Engenharia do Porto, o Bacharelato em Engenharia Civil e, em Julho de 2006, na



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

531
F

Universidade Fernando Pessoa, o grau de licenciado em Engenharia Civil, com a classificação final de 12 valores, após ter concluído o plano curricular da Licenciatura em Engenharia Civil, autorizado pela Portaria n.º441/2001, de 28 de Abril do Ministério da Educação. Cfr. documento de folhas 18 e 19 dos autos, que se dá por integralmente reproduzido.

B) Rui Jorge de Jesus Moreira requereu em 18 de Junho de 2007 à Ordem dos Engenheiros, a inscrição como membro estagiário, tendo preenchido o respectivo boletim. Cfr. documento de folhas 12, 13 e 14 dos autos que se dá por reproduzido.

C) Pelo Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros foi enviado officio ao ora autor com data de 10 de Julho de 2007, relativo ao assunto "Pedido de Inscrição para membro estagiário da Ordem dos Engenheiros" com o seguinte teor:" Nos termos do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (OE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, a atribuição do título de engenheiro, o seu uso e o exercício da profissão como tal, dependem de inscrição nesta Associação Profissional, como membro efectivo.

Em conformidade no Artigo 7.º do Estatuto da OE e Regulamento de Admissão e Qualificação, a admissão como membro efectivo depende da titularidade de uma licenciatura ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas (n.º1) que serão dispensadas aos candidatos oriundos de cursos acreditados pela Ordem, à data da conclusão da licenciatura (n.º2).

O Curso de Licenciatura em Engenharia Civil da Universidade Fernando Pessoa não está acreditado pela OE, pelo que os candidatos a membros da OE, titulares da referida Licenciatura, têm de prestar provas nos termos das normas anexas ao Regulamento de Admissão e Qualificação.

De acordo com o Artigo 40.º do Regulamento de Estágios, a eventual dispensa do estágio pode ser concedida, após aprovação nas provas de admissão à OE, e após análise e parecer do Conselho de Admissão e Qualificação sobre o curriculum profissional do candidato.

Informamos que os Regulamentos da OE estão disponíveis para consulta no site."Cfr. documento de folhas 21 dos autos.

D) Com data de 30 de Julho de 2007 Rui Jorge Jesus Moreira dirigiu ao presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros recurso hierárquico para o Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, nos termos do disposto no artigo 27.º, n.º4 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, recurso

532
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

interposto daquela decisão que lhe indeferiu o pedido de inscrição na Ordem dos Engenheiros. Cfr. documento de folhas 22 a 24 dos autos.

E) Em 29 de Outubro de 2007 pelo Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros foi tomada deliberação em que se decidiu negar provimento ao recurso hierárquico, confirmando-se o comunicado a Rui Jorge de Jesus Moreira pelo Presidente do CAQ através do ofício n.º325-GQ de 10 de Julho de 2007, “devendo o candidato prestar provas de admissão à Ordem”. Cfr. documento de folhas 28 a 36 dos autos, que se dá por integralmente reproduzido.

F) O Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros delegou no respectivo presidente, na reunião de 26 de Abril de 2007, a competência para se pronunciar sobre os pedidos de inscrição como membros efectivos. Cfr. documento de folhas 85 a 87 dos autos, que se dá por reproduzido.

*

Não se provou que em Julho de 2006, quando Rui Jorge de Jesus Moreira obteve o grau de Licenciado em Engenharia Civil na Universidade Fernando Pessoa, aquele curso de Licenciatura em Engenharia Civil estivesse acreditado para efeitos do artigo no n.º2, alínea b) do artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.

2.2. De direito

O Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho aprovou, no respectivo artigo 1.º, o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, publicado em anexo àquele diploma.

O Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho, foi elaborado no uso da Lei de Autorização Legislativa n.º4/92, de 4 de Abril que nos artigos 1.º e 2.º estabelecia o seguinte: “Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a legislar com o objectivo de alterar o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º352/81, de 28 de Dezembro, no sentido de, designadamente, o adequar às regras estabelecidas na Directiva n.º89/48/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988.

Artigo 2.º A autorização constante do artigo 1.º tem os seguintes sentido e extensão:



133
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

a) Prever a admissibilidade do exercício da engenharia por nacionais de outros Estados membros das Comunidades Europeias, desde que validamente o possam fazer no respectivo país;

b) Definir as normas deontológicas para o exercício da profissão de engenheiro e respectivo regime disciplinar;

c) Determinar a reestruturação da Ordem dos Engenheiros, bem como a constituição, competências e funcionamento dos seus órgãos;

d) Fixar os requisitos para a inscrição na Ordem e para a utilização do título de engenheiro e, bem assim, as condições para o exercício da respectiva profissão.[sublinhado nosso].

Nos termos do artigo 1.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros “A Ordem dos Engenheiros” “é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de engenheiro”.¹

De acordo com o n.º2 do mesmo artigo 1.º “A Ordem é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar.”

Dispõe o artigo 2.º, n.º1 que “A Ordem tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional”.

Estabelece o n.º2 do mesmo artigo 2.º que na prossecução das suas atribuições cabe à Ordem, designadamente “a) Assegurar o cumprimento das regras de ética profissional e o nível de qualificação profissional dos engenheiros; b) Atribuir o título profissional de engenheiro e regulamentar o exercício da respectiva profissão; f) Contribuir para a estruturação das carreiras dos engenheiros; i) Valorizar a qualificação profissional dos engenheiros pela concessão dos respectivos níveis e títulos de especialista e pela participação activa na formação de pós-graduação, emitindo os competentes certificados e cédulas profissionais.”[sublinhado nosso].

¹ Portanto a Ordem dos Engenheiros é uma Associação Pública (artigo 266.º, n.º4 da CRP) que integra a designada administração autónoma, e não uma pessoa colectiva de utilidade pública.



134
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Estatui o artigo 3.º com a epígrafe “Inscrição” o seguinte: “A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efectivo da Ordem.”

Estabelece o artigo 4.º com a epígrafe “Título de engenheiro” que “Para efeitos do presente Estatuto, designa-se por engenheiro o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, inscrito na Ordem como membro efectivo, e que se ocupa da aplicação das ciências e técnicas respeitantes aos diferentes ramos de engenharia nas actividades de investigação, concepção, estudo, projecto, fabrico, construção, produção, fiscalização e controlo de qualidade, incluindo a coordenação e gestão dessas actividades e outras com elas relacionadas.”

O artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, com a epígrafe “Membro efectivo” estatui o seguinte: “1- A admissão como membro efectivo depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas.

2- Relativamente às provas de admissão a que se refere o número anterior, cabe à Ordem:

- a) Definir as condições em que se realizam periodicamente;
- b) Definir critérios objectivos de dispensa de provas de admissão, a rever periodicamente, os quais se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação.

3- Os membros efectivos são inscritos nas especialidades reconhecidas pela Ordem.”

A inscrição como membro efectivo na Ordem dos Engenheiros depende assim da titularidade de licenciatura ou equivalente legal, em curso de engenharia, da frequência de estágio e da prestação de provas nos termos do artigo 7.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho.²

Nos termos do artigo 7.º, n.º2 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros a Ordem está legalmente habilitada para definir, em regulamento, as condições em que se

² Assim também designadamente os sumários dos Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 5 de Março de 1998, relativo ao processo 039856, de 19 de Maio de 1999 relativo ao processo 040004, de 03 de Julho de 1997, relativo ao processo 041385, de 18 de Dezembro de 1997, relativo ao processo 040738,

9

535
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

realizam periodicamente as provas de admissão à Ordem, e os critérios de dispensa de provas de admissão os quais “se basearão nos currículos dos cursos, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação.”

O Regulamento de Admissão e Qualificação e normas anexas da Ordem dos Engenheiros, em causa nos presentes autos, foi aprovado em 29 de Março de 1993 e tinha a redacção que lhe foi dada pela deliberação da assembleia de representantes da Ordem dos Engenheiros tomada em reunião extraordinária realizada em 28 de Outubro de 2006, o regulamento n.º9/2007, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º14, de 19 de Janeiro de 2007.

No artigo 1.º daquele Regulamento de Admissão e Qualificação e normas anexas estabelece-se o seguinte:

Artigo 1.º

Admissão de membros efectivos

1- Nos termos do Estatuto, a admissão como membro efectivo depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, nas condições legais vigentes à data da aprovação do Estatuto da Ordem, estágio e prestação de provas.

2- A prestação de provas é dispensada para os candidatos oriundos de cursos acreditados pela Ordem à data da conclusão da licenciatura. A acreditação dos cursos consiste na verificação de que estes obedecem a critérios definidos nos termos do n.º2, alínea b) do artigo 7.º do Estatuto.

3- Os processos de acreditação e de prestação de provas são objecto de normas anexas a este Regulamento. A aprovação da qualificação académica por qualquer dos dois processos é estritamente equivalente para efeitos de admissão.

4- A admissão de um membro efectivo faz-se habitualmente pela categoria de membro estagiário, nos termos previstos no Regulamento de Estágios.”

As normas anexas àquele regulamento, com as epígrafes “Provas de admissão” e “Acreditação de cursos” tinham o seguinte teor:

de 12 de Novembro de 2002, relativo ao processo 039695, de 27 de Janeiro de 1999, relativo ao processo 039680 e de 26 de Junho de 1997, relativo ao processo 039845 – todos em www.dgsi.pt/jsta

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

23

☒ Av. D. João II, Bloco G piso 6-8, nº1.08.01 I, 1050-113 Lisboa

☎ 218367100 Fax: 211545188

E-mail: correio@lisboa.taf.mj.pt

D



536
A

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

“Provas de admissão

1- As provas de admissão a que se refere o artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros são requeridas no mês de Janeiro e realizadas até ao final de Março de cada ano.

2- O CDN pode, sob parecer do CAQ, ouvido o CCC, estabelecer uma época extraordinária de realização de provas de admissão, com inscrições a decorrer no mês de Setembro e realização das provas até ao final do mês de Novembro.

3- Compete ao CAQ fixar as datas das provas de admissão.

4- As provas são realizadas pelos colégios de especialidade, sendo os júris constituídos por membros efectivos da Ordem, escolhidos pelos colégios e homologados pelo CAQ, com recurso para o CDN.

5- As provas são constituídas por duas sessões, em dias diferentes, as quais versarão matérias das áreas nucleares da especialidade, ao nível d existência dos cursos acreditados pela Ordem. Uma das sessões poderá constar de uma entrevista.

6- A lista das matérias a que se refere o número anterior será proposta pelos colégios à aprovação do CAQ, terá a devida publicidade e poderá ser revista periodicamente.

7- O resultado será divulgado sob a forma de Aprovado ou Não aprovado.

8- Das decisões do júri haverá recurso para o CDN, que decidirá, ouvidos o CAQ e o colégio respectivo.

9- São devidas taxas, a fixar pelo CDN.”

“Acreditação de Cursos

1- É estabelecido um processo de acreditação de cursos para efeitos de dispensa de provas de admissão, nos termos do artigo 7.º, n.º2, alínea b), do Estatuto.

2- O processo de acreditação segue as seguintes etapas:

a) Entrega do processo pela instituição candidata, com os elementos indicados no n.º3;

b) Constituição de uma comissão de acreditação, nos termos previstos nos n.ºs 4 e seguintes;

c) Visita da comissão de acreditação à instituição;

d) Elaboração do relatório da visita;

9

537
8

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

e) Envio do relatório da visita à instituição candidata, para conferir a matéria factual nele contida;

f) Elaboração do relatório final e da proposta de decisão pela comissão de acreditação;

g) Apreciação do relatório e da proposta da comissão de acreditação pelo CAQ;

h) Emissão de parecer pelo CAQ;

i) Análise e decisão pelo CDN;

j) Comunicação da decisão à instituição candidata, sendo apenas pública a decisão e o número de anos de validade da acreditação, mas podendo a instituição utilizar as apreciações contidas no relatório se o julgar conveniente.

3- O processo de candidatura previsto na alínea a) do n.º 2 deve conter pelo menos os seguintes elementos de informação:

a) Indicação dos critérios utilizados na admissão directa de alunos ou por transferência;

b) Fluxogramas comentados do movimento de alunos nos últimos cinco anos;

c) Elenco das disciplinas;

e) Descrição dos processos de avaliação utilizados, anexando exemplos de enunciados de exames recentes em matérias da especialidade e em disciplinas propedêuticas de Engenharia;

f) Descrição dos laboratórios existentes, com referência aos trabalhos práticos na área da especialidade;

g) Lista dos docentes da área da especialidade, com o curriculum vitae e clara identificação dos vínculos profissionais e tempo de presença na instituição;

h) Descrição geral da instituição, com relevo para os cursos afins ministrados, recursos humanos existentes e actividades de I & D e apoio em consultoria;

i) Lista nominal com a nota média de candidatura e nota na prova específica de Matemática de todos os candidatos ao curso que foram colocados nos dois últimos anos lectivos;

j) Informação sobre a fase e a ordem da adopção que deu lugar a essa colocação;

k) Informação sobre o percurso profissional dos licenciados em apreço.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

4- A comissão de acreditação prevista na alínea b) do n.º2 é formada por três a cinco avaliadores de reconhecido mérito profissional, de preferência inscritos numa bolsa de avaliadores organizada pela Ordem.

5- Compete ao CAQ nomear o presidente e os restantes membros da comissão de acreditação, os quais devem pertencer, preferencialmente, a especialidades de natureza afim à do curso a avaliar, ouvidos os conselhos nacionais de colégio envolvidos.

6- O regulamento da bolsa de avaliadores de cursos de Engenharia prevista no n.º4 é aprovado pelo CDN, sob proposta do CAQ, ouvido o CCC.

7- O recrutamento através da bolsa de avaliadores só terá lugar quando nela estiverem inscritos, pelo menos, cinco membros das especialidades de natureza afim à do curso a avaliar.

8- Deverá ser elaborado pelo CAQ, ouvidos os colégios, e homologados pelo CDN um manual de apoio ao processo de acreditação.

9- Poderão ser estabelecidas taxas a fixar pelo CDN.

10 – A acreditação de cursos é feita por um período máximo de seis anos, requerendo portanto, avaliação periódica e podendo ser interrompida por motivos fundamentados.

11- Compete ao CDN designar, sob proposta do CAQ, ouvido o CCC, as especialidades da Ordem em que serão agrupados os cursos acreditados cuja correspondência com as especialidades não conste ainda dos registos da Ordem dos Engenheiros.

12- As instituições cujos cursos não forem acreditados poderão apresentar novo processo de candidatura um ano após a decisão de não acreditação, demonstrando a implementação das recomendações da Ordem.

13 – A Ordem dos Engenheiros divulgará anualmente a lista de cursos acreditados.”

No âmbito das suas atribuições de controlar o acesso à profissão, a Ordem dos Engenheiros pode, e está habilitada quer por lei quer por regulamento a fazê-lo, avaliar a capacidade profissional dos candidatos à inscrição como membro da Ordem. A Ordem dos Engenheiros, enquanto ordem profissional tem a possibilidade de avaliar e certificar





539
✱

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

a capacidade que o titular de grau académico tem para exercer a profissão que se propõe de engenheiro, em defesa dos interesses da profissão que cabe à Ordem salvaguardar. E tem a possibilidade de estabelecer os critérios de dispensa de provas de admissão à Ordem dos Engenheiros e portanto com esse, e apenas com esse âmbito, acreditar cursos de Engenharia sem com isso entrar pois em qualquer esfera de competência do Governo.

Nos termos do artigo 47.º da Constituição o exercício da profissão (sendo a respectiva escolha livre) pode ser sujeito a determinados condicionamentos, designadamente o preenchimento de requisitos académicos e o cumprimento de outras exigências previstas na lei (como a realização de estágios e a prestação de provas).

Como se refere no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 12 de Novembro de 2002³: "De facto, após o n.º 1 do (...) artigo 7.º [do Estatuto da Ordem dos Engenheiros] ter preceituado que a admissão como membro efectivo da Ordem, depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas, a alínea b) do mesmo dispositivo permite à ordem definir critérios objectivos de dispensa das provas de admissão, possibilidade que veio efectivamente a ser utilizada através do (...) Regulamento de Admissão e Qualificação, que dispensou a prestação de provas – que não a frequência de estágio – para os candidatos oriundos de cursos acreditados pela Ordem à data da conclusão da licenciatura.

A eventual inconstitucionalidade da norma em causa (...) apenas poderia acarretar a invalidade das deliberações de dispensa de prestação de provas aos candidatos oriundos de cursos acreditados, mas nunca poderia ter o efeito [pretendido pelo autor] de dispensar todos os candidatos (oriundos de cursos acreditados e não acreditados) da prestação dessas provas, impostas directamente pela lei, e, muito menos, de os dispensar da frequência do estágio.

Isto é: mesmo a proceder esta inconstitucionalidade, ela nunca poderia implicar que se passasse a reconhecer o direito de inscrição na Ordem dos Engenheiros, como membros efectivos, a todos os titulares de licenciatura em Engenharia. (...)"

³ Relativo ao processo 039695 – em www.dgsi.pt



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

540
K

Ou seja, em face do que dispõe o artigo 7.º, n.º1 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros aprovado pelo Decreto-Lei n.º119/95, de 30 de Junho, que exige para a inscrição como membro efectivo na Ordem dos Engenheiros, para além da licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, a frequência de estágio e a prestação de provas, nunca Rui Jorge de Jesus Moreira teria direito, em face do requerimento que em 18 de Junho de 2007 dirigiu à Ordem dos Engenheiros, a ser membro efectivo daquela Ordem, pois naquela data, está provado, era apenas licenciado em Engenharia.

O artigo 10.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros aprovado pelo Decreto-Lei n.º119/92, de 30 de Junho, com a epígrafe “Membro estagiário” estatui o seguinte: “Tem a categoria de membro estagiário o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, conferida por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, que para acesso a membro efectivo, efectua o estágio previsto, nos termos a definir pela Ordem.”

O artigo 1.º do Regulamento dos Estágios, aprovado na assembleia de representantes da Ordem dos Engenheiros de 16 de Março de 2002 (Regulamento n.º13/2004, publicado no Diário da República, II Série, n.º65, de 17 de Março de 2004) com a epígrafe “Membro estagiário” estabelece o seguinte: “1- Nos termos do artigo 10.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, tem a categoria de membro estagiário o titular de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, conferida por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, que, para acesso a membro efectivo, efectua o estágio nas condições previstas neste Regulamento e demais normas definidas pelos órgãos da Ordem.

2- Têm acesso ao estágio todos os que, reunindo as condições previstas no número anterior, sejam oriundos de um curso acreditado pela Ordem ou que obtenham a respectiva equivalência, os abrangidos por convenção ou protocolo celebrado com a Ordem e os que tenham sido aprovados nas provas de admissão.

3- O membro estagiário tem a designação de engenheiro estagiário.”

Ou seja, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Engenheiros e com o Regulamento dos Estágios a admissão ao estágio importava a prévia aprovação em prova de admissão. Como Rui Jorge de Jesus Moreira, em 18 de Junho de 2007, quando requereu à Ordem dos Engenheiros, a inscrição como membro estagiário, tendo

D

541
K

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

preenchido o respectivo boletim, ainda não tinha realizado aquela prova, e não tinha direito, de acordo com o regime descrito a ver deferida a sua inscrição na Ordem dos Engenheiros com membro estagiário (uma vez que o curso de engenharia de que o ora autor era detentor não estava acreditado pela Ordem dos Engenheiros para os efeitos da alínea b) do n.º2 do artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros.)

Nos termos do artigo 1.º, n.º4 do Regulamento de Admissão e Qualificação a admissão de um membro efectivo faz-se habitualmente pela categoria de membro estagiário, nos termos previstos no Regulamento de Estágios.

*

De acordo com a teoria do aproveitamento do acto, um acto administrativo anulável por vício de forma poderá aproveitar-se quando o conteúdo do acto não puder ou não dever ser outro. Isto é, em face das circunstâncias de facto e do direito aplicável um agente racional e cumpridor da lei não deixaria de ter tomado aquela decisão. Isto é, poderá aproveitar-se um acto que, sendo anulável, constitua uma decisão vinculada para a Administração.

No caso dos autos, em concreto o órgão administrativo competente não tinha, nos termos da lei, e dos regulamentos aplicáveis, como vimos, alternativas de escolha quanto à decisão a tomar. Uma vez que Rui Jorge Jesus Moreira quando requereu à Ordem dos Engenheiros, a inscrição como membro estagiário ainda não tinha realizado a prova de admissão, e não tinha direito, de acordo com o regime em vigor a ver deferida a sua inscrição na Ordem dos Engenheiros com membro estagiário uma vez que o curso de engenharia de que o ora autor era detentor não estava acreditado pela Ordem dos Engenheiros para os efeitos da alínea b) do n.º2 do artigo 7.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, a decisão não podia ter sido outra que não o indeferimento.

Assim, não obstante tenha sido preterida a audiência prévia (artigo 100.º do C.P.A.) e a decisão impugnada seja anulável com esse fundamento nos termos do artigo 135.º do CPC, afigura-se ser de considerar o vício irrelevante por aplicação do princípio do aproveitamento do acto administrativo.

*

542
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

A decisão impugnada de indeferimento do pedido de Rui Jorge de Jesus Moreira de inscrição para membro estagiário da Ordem dos Engenheiros foi praticada pelo presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros (CAQ).

Nos termos do artigo 27.º, n.º3, alínea a) do Estatuto compete ao conselho de admissão e qualificação pronunciar-se sobre os pedidos de inscrição como membros efectivos.

Nos termos do artigo 6.º n.º1 alínea a) do Regulamento de Admissão e Qualificação e normas anexas o CAQ pode delegar no seu presidente as competências para se pronunciar sobre as candidaturas à admissão como membros efectivos.

Está provado que o Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros delegou no respectivo presidente, na reunião de 26 de Abril de 2007, aquela competência para se pronunciar sobre os pedidos de inscrição como membros efectivos.

Pelo Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros foi enviado ofício ao ora autor com data de 10 de Julho de 2007, relativo ao assunto “Pedido de Inscrição para membro estagiário da Ordem dos Engenheiros” pelo qual lhe comunicava a decisão de indeferimento da requerida inscrição.

O órgão era competente.

A omissão de referência à delegação de competências naquele ofício constitui mera irregularidade formal, sem efeitos invalidantes.⁴ Uma vez que o ora autor não ficou impedido ou limitado quanto à impugnação quer administrativa quer contenciosa de tal decisão.

Pelo exposto cabe julgar improcedente, por não provada, a presente acção administrativa especial.

3. DECISÃO

Assim julga-se a presente acção administrativa especial improcedente por não provada e, em consequência, absolve-se a Ordem dos Engenheiros dos pedidos.

⁴ No sentido de que a “A falta de menção da delegação no acto praticado ao seu abrigo não acarreta a inviabilidade deste, constituindo mera irregularidade formal, abrindo-se ao interessado a possibilidade de exercer, nos prazos legais, os meios de impugnação processualmente adequados aos actos praticados sob



543
*

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

*

Fixa-se o valor da causa como valor indeterminável (artigo 315.º, n.º2 do CPC com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto).

*

Por se tratar de processo que seguiu a forma de acção administrativa especial em que não são cumulados pedidos a que corresponde a forma da acção administrativa comum, fixo a taxa de justiça do processo, nos termos do artigo 73.º D, n.º3 do CCJ, em 2 UC, já reduzidas a metade (artigo 73.º E, n.º1, alínea b) do CCJ) que ficarão a cargo do autor (artigo 446.º, n.º1 do CPC, aplicável por força do artigo 1.º do CPTA).

*

Registe e notifique.

*

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2012.

**

(assinado na folha seguinte, nos termos
do artigo 7º, nº1 da Portaria nº1417/2003, de 30 de Dezembro)

|

tal regime" por exemplo o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21 de Outubro de 2010, relativo ao processo 0737/10 – em www.dgsi.pt

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

☒ Av. D. João II, Bloco G piso 6-8, nº1.08.01 I, 1050-113 Lisboa

☎ 218367100 Fax: 211545188

E-mail: correio@lisboa.taf.mj.pt

[Handwritten signature]



546
#

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
- Folha de Assinaturas -

Fernando
Augusto
Martins Duarte

Assinado de forma digital por
Fernando Augusto Martins Duarte
DN: cn=Fernando Augusto Martins
Duarte, sn=Martins Duarte,
givenName=Fernando Augusto,
c=PT, o=MJ, ou=CSTAF, TAC
Lisboa, title=Juiz de Direito
Dados: 2012.02.13 19:17:14 Z

Fernando Augusto Martins Duarte *Luciano - 5/15/08 - 2BEPAT*